

O LOBBY NA NOVA CARTA

Constituintes
decepcionam
o Presidente

Duas tendências demonstradas durante o desenrolar da primeira fase de trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte ocupam as preocupações do presidente da República: o emocionalismo e o radicalismo. Sarney não escondeu a nenhum de seus interlocutores, nesta última semana seus conceitos sobre o comportamento dos constituintes, chegando inclusive a criticar a forma como algumas Comissões votaram os pareceres.

A questão emocional, na opinião do presidente Sarney, tomou conta dos constituintes durante os debates sobre duração de mandato e organização do Estado. Ele chegou a aconselhar alguns parlamentares de sua confiança que evitassem posições emocionais e votassem "pensando no futuro". E o problema do radicalismo — na opinião de Sarney prejudicou as votações nas Comissões de Ordem Econômica e Social. O presidente da República, na verdade, está decepcionado com os resultados e vai jogar, a partir de agora, com o trabalho da Comissão de Sistematização, o seu poder de fogo e persuasão, através dos assessores parlamentares vinculados ao Gabinete Civil.

Apesar das decepções com a primeira fase dos trabalhos, o presidente da República tem consciência de que é a partir de agora que o quadro se torna mais definido. "Começa agora — afirmou um de seus mais próximos assessores — a fase de negociação com as lideranças e parlamentares simpáticos ao governo, porque só agora a Constituição se torna mais concreta".

E os assessores parlamentares que vão funcionar como "olhos e ouvidos do rei", diuturnamente na Assembleia Nacional Constituinte, depois dos 120 dias de trabalho, acreditam que a tendência do texto final da nova Carta é de manter o caráter "moderado", com pequenas alterações semânticas do esboço atual de nossa futura Constituição.

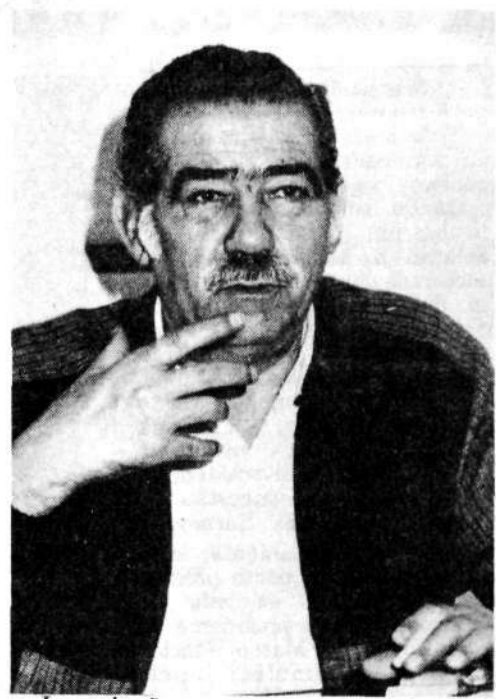
A atividade na Subsecretaria de Assuntos Parlamentares do Gabinete Civil da Presidência da República se concentra, a partir de agora, junto aos constituintes que passaram os quatro últimos meses sem se manifestarem publicamente. O subsecretário, Henrique Hargreaves, já promoveu uma reunião com os assessores parlamentares de todos os ministérios e eles vão atuar em bloco. E a ordem é concentrar esforços até o último minuto de votação, "porque tudo ainda pode ser mudado", diz Hargreaves, afirmando ainda que apesar do texto-base estar redigido, "as definições comecem, de fato, agora e podem se alterar até no último minuto da madrugada em que a Constituição for votada".

O lobby governamental, como são conhecidos os assessores parlamentares da Presidência da República e dos ministérios, prevê muitas mudanças, principalmente na Ordem Social. Uma das mudanças, previstas entre assessores da Presidência da República, diz respeito à questão da estabilidade do emprego. Empregadores e empregados vão protestar contra a aprovação deste item. Os primeiros, porque consideram a estabilidade um problema de estabilidade na economia e os empregados porque, aprovando a estabilidade, o FGTS pode cair automaticamente. Por isso, o governo não fará nenhum esforço para derrubar este item, porque os principais interessados na questão vão se encarregar do problema.

Este ponto, bem como a Reforma Agrária, que merece uma atenção especial do governo ao lado da questão do parlamentarismo — proposta que não agrada o presidente da República — vão ter acompanhamento concentrado. "Não é momento de desfazer nenhum trabalho que vocês chamam de lobby", afirmou outro assessor do presidente da República, dizendo ainda que Sarney quer uma Constituição que represente "a aproximação com a realidade social".



Substituto de Távora era bom, diz Barbosa Lima



Joaquinão quer manter conquistas

ABI quer fim
da censura e
imprensa livre

Não somente a comunicação, mas sobretudo a imprensa, obtiveram ganhos reais no texto constitucional do único substitutivo rejeitado das oito Comissões Temáticas — o da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Na opinião do presidente da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), Barbosa Lima Sobrinho, as emendas apresentadas pelo representante da entidade do Distrito Federal, senador Pompeu de Souza (PMDB-DF), satisfazem plenamente as propostas da categoria.

Barbosa Lima Sobrinho acha, entretanto, que duas questões destacam-se pela importância do tema: a abolição da censura à qualquer espécie de manifestação cultural e a liberdade de imprensa. Para o presidente da ABI, o artigo que trata da abolição da censura, deveria ter uma ressalva, considerada por ele imprescindível. A censura, a seu ver, deveria ser suprimida, exceto, nas situações de estado de guerra externa. Neste caso, Lima Sobrinho acredita que ela deve ser mantida e atribui a não-inclusão da exceção, ao fato do senador Pompeu de Souza, sequer tenha cogitado de tal possibilidade.

Uma segunda ressalva é feita sobre o artigo alusivo à liberdade de imprensa. Segundo o presidente da ABI, não deveria figurar no artigo que trata do tema, "nos termos da lei". Isto porque poderá abrir uma brecha para, no futuro, uma lei limitar a liberdade de imprensa. Lima Sobrinho é de opinião, que o texto da nova Constituição, deve, nesse âmbito, seguir o exemplo de que congêneres americana. A Constituição dos Estados Unidos é clara ao mencionar a exclusão de qualquer possibilidade, de que uma lei, a posteriori, possa restringir a liberdade de imprensa.

Rejeitado por 37 votos contra 26, o substitutivo elaborado pelo relator Artur da Távola (PMDB-RJ), deve ganhar nova redação na Comissão de Sistematização. De acordo com o relator Bernardo Cabral (PMDB-

AM), será redigido um novo texto a partir do substitutivo de Artur da Távola e os três relatórios das subcomissões, que irão subsidiá-lo nesta tarefa. Considerado progressista, e por isso mesmo rejeitado pela ala conservadora — em maioria — da Comissão da Família, o substitutivo, no tocante à imprensa, deve preservar na íntegra os seus artigos.

As dezenas de emendas apresentadas pelo senador Pompeu de Souza, representam portanto, as mesmas propostas pleiteadas pela ABI. Em uma das emendas, aprovada por unanimidade — 21 a zero — na sub comissão da Ciência, Tecnologia e Comunicação, o senador propõe que "nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir qualquer embaraço à plena liberdade jornalística em veículo de informação social". De acordo com Pompeu de Souza, trata-se do espírito da Emenda Um, da Constituição dos Estados Unidos — a First Amendment —, afinal acatada pelo substitutivo, rejeitado, da Comissão da Família.

A publicação de veículo impresso de comunicação não depende de licença de autoridade, outra das emendas do senador, acolhida pelo substitutivo em seu artigo 41, e justificada por Pompeu como indispensável à garantia da liberdade de imprensa. Mais adiante, no artigo 42, o senador, ao tratar da regulamentação da propriedade das empresas jornalísticas e de radiodifusão propõe "que elas sejam privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade principal pela sua administração e orientação intelectual". Tal proposta constitui uma sugestão da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, a chamada Comissão Afonso Arinos.

Corporificando também um dos pleitos da ABI, o senador Pompeu de Souza resolveu retificar uma de suas emendas, para obter maior clareza do texto.

CGT ainda
sem posição
sobre 5 anos

A Central Geral dos Trabalhadores — CGT, que reúne cerca de 1.600 entidades sindicais, ainda não tem uma posição definida sobre a redução do mandato do presidente Sarney, com a realização de eleições diretas para 1988. A informação é do presidente nacional da entidade, Joaquim dos Santos Andrade — o Joaquinão, acrescentando que a discussão sobre o assunto já foi iniciada nas plenárias das CGTs estaduais, mas que a posição final a ser levada à Assembleia Nacional Constituinte só se dará na próxima plenária nacional da CGT, marcada para o dia 20 de julho.

Durante os trabalhos da Comissão de Sistematização — última fase do processo, antes da votação do projeto de Constituição em plenário — a grande tarefa da CGT, segundo Joaquinão, é tentar conservar as conquistas já obtidas nas subcomissões e comissões temáticas, como a estabilidade no emprego, a redução da jornada de trabalho para 40 horas, e a ampliação do direito de greve, no capítulo dos direitos dos trabalhadores: "Prendemos mantê-las a qualquer custo na nova Constituição e estamos nos mobilizando para comparecer em massa ao Congresso no próximo dia 15, para o desfecho final dos relatórios".

Para o sindicalista, a principal tarefa da população é pressionar os Constituintes para evitar uma Carta conservadora: "Tem sido uma luta feroz. A UDR e os seus tentáculos conseguiram garantir uma maioria conservadora na Constituinte. Há quem afirme que a proposta de reforma agrária (da Ordem Econômica), por exemplo, conseguiu ser mais retrógrada que o Estatuto da Terra.

Derrotas

Dentre as propostas da CGT à Constituinte, não contempladas pelos relatórios finais das comissões temáticas, estão a da própria reforma agrária — eles reivindicam a desapropriação de todas as terras improdutivas e a limitação da área máxima de propriedade (500 hectares para as regiões sul e sudeste, 1.000 hectares para o nordeste e o centro-oeste e 1.500 hectares para a região norte), a reserva de mercado para a informática, indústria farmacêutica, química fina, microeletrônica e engenharia genética (o texto da Comissão da Ordem Econômica só prevê a manutenção da atual legislação sobre informática), a retirada do papel das Forças Armadas de intervir na ordem interna (mantido no substitutivo da Comissão Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições), o voto aos 16 anos e a redução do tempo de aposentadoria para 30 anos de serviço para o homem e 25 para a mulher (a comissão da Ordem Social manteve 35 anos para o homem e 30 para a mulher ou aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade).

As maiores conquistas estão no substitutivo da Comissão da Ordem Social, que atendeu a quase todas as reivindicações do DIAP — Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar, com propostas comuns das três centrais sindicais do país — CGT, CUT e USI.

Líder defende divórcio,
mas critica os excessos

Porto Alegre — Mudar a atual legislação sobre o divórcio, que entende estar discretamente bem posta, "apenas para tirar carteirinhas de progressista é delito flagrante de insensatez", advertiu o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli. Ele é a favor da simplificação para dar liberdade às pessoas na decisão de estabelecer ou desmanchar vínculo contratual conjugal, mas acha que a Assembleia Nacional Constituinte não pode permitir que se estabeleça "um festival de sucessivas uniões, uma liber-

tagem desagregadora".

Em artigo que publicou ontem, na imprensa gaúcha, o Senador alegou que "de uma forma até rude ou indelicada, mas bem objetiva, quem quiser pode sair, mas tem que dar aviso prévio e garantir indenização aos dependentes". Assim, ele defende a simplificação do processo de divórcio, para desburocratizá-lo, reduzir-lhe os ônus, mas sem retirar o formalismo mínimo do ato jurídico que assegura condições de cobrança de obrigações assumidas pelas partes.